MUNDO

Itália cancela multas dos não vacinados contra a covid-19

O pagamento de € 100 foi imposto a mais de 1,5 milhão de pessoas

MYLLENA VALENÇA | 10 MAI 2024 10:29

A vacinação contra a covid-19 foi obrigatória para alguns trabalhadores na Itália, como os da Polícia Penitenciária, Polícia Florestal, Polícia Costeira

OUÇA ERE CONTEÚDO
INSETRE

O Conselho de Ministros da Itália aprovou na última segunda-feira, 9, o Decreto Milleproroghe, que confirma a suspensão das multas de € 100 cobradas a 1,5 milhão de italianos que não se vacinaram contra a covid-19, o que era obrigatório à época da pandemia.

+ Leia mais notícias de Mundo em Oeste

A medida não só encerra os procedimentos pendentes, como também isenta as multas já aplicadas, garantindo o reembolso para aqueles que já efetuaram o pagamento.

Serão beneficiados pelo decreto cidadãos acima dos 50 anos de idade, integrantes das Forças de segurança, profissionais da área da saúde e outras categorias profissionais que, por lei, deveriam ser vacinados contra a covid, mas não o fizeram.

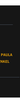
Impacto da suspensão das multas na pandemia da covid-19

Antes da adoção dessa nova legislação, a suspensão das multas era apenas temporária, sem uma solução definitiva para a questão de sua validade no longo prazo. A iniciativa atual busca corrigir o impacto financeiro sobre os penalizados, oferecendo uma resolução mais justa.

Governo italiano vê impacto no Orçamento por causa da suspensão das multas | Foto: Sami Kinnunen por Pixabay

Agora, surge no governo italiano a preocupação com um problema de cobertura orçamentária. Isso porque os recursos provenientes das multas foram incluídos no orçamento do Ministério da Economia. A expectativa com a aplicação das multas era arrecadar entre € 150 milhões e € 170 milhões, de acordo com o jornal *La Repubblica*.

+ 58 milhões de doses de vacinas contra covid-19 venceram no país



A população não vacinada recorreu das aplicações de multas, e, em diversas ocasiões, a Justiça entendeu que a Constituição proíbe tratamentos médicos obrigatórios. Juízes de paz também acataram os argumentos de que "as vacinas disponíveis não eram capazes de impedir o contágio".

Muitos interpretaram o cancelamento das multas como um reconhecimento dos direitos individuais dos italianos que consideram a vacinação obrigatória uma violação de suas liberdades.

A nova norma entra em vigor a partir de 2026, concedendo mais um ano para que a Justiça conclua os processos pendentes.

Leia também: "Estudos brasileiros enfrentam escassez ou irregularidade no abastecimento de 12 vacinas"

vacina contra o coronavírus | Covid-19 | Vacina | Pandemia | Itália

Gostar 28 Não Gostar 0

1 comentário

Assine ou cadastre gratuitamente para comentar

Mais lidas

1 Wita Tywon é processado em R$ 110 mi por tale com Jake Paul

2 Black Oeste - Revista Oeste

3 Congaruhas: a future dos pilotos e o projeto de companheiro Latum

4 Frente Fria vai trazer clima de inverno no Brasil

5 Alerta vermelho: Sul e Sudeste enfrentam chuva forte

Canal Oeste Ver todos

OESTE ONE STORIES
Oeste Sem Filtro

Nossos colunistas

AUGUSTO NUNES | J. R. GUZZO | ANA PAULA HENKEL

Seja nosso assinante!
Reportagens e artigos exclusivos produzidos pela melhor equipe de jornalistas do Brasil.
Assine a Oeste

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Veja também

Israel faz grande ataque na Síria para eliminar ameaças

Mulher morre depois de ap vacuna de ra em ritual

Newsletter
Seja o primeiro a saber sobre notícias, acontecimentos e eventos semanais. Leia o mail.
Digite seu e-mail
Cadastrar